

ELEIÇÃO SINDELPOL-RJ / T R I Ê N I O - 2023/2026
COMPOSIÇÃO DA CHAPA: SINDELPOL VIVO

CONSELHO EXECUTIVO :

PRESIDENTE: LEONARDO AFFONSO D. DOS SANTOS

VICE-PRESIDENTE: LUIZ EDUARDO MIRANDA

TESOUREIRO : BARBARA LOMBA BUENO

DIRETOR DE PATRIMÔNIO: DIOGO TEIXEIRA SCHETTINI

DIRETOR DE RELAÇÕES SINDICAIS: THAIANNE BARBOSA DE MORAES CAVALCANTE

DIRETOR JURÍDICO: CARLOS EDUARDO DE ARAUJO RANGEL

DIRETOR SOCIAL: OLIVIO CARLOS DE SOUZA SOARES

SUPLENTES:

1º Suplente: RODRIGO FREITAS DE OLIVEIRA

2º- Suplente: WILLIAM DE MEDEIROS PENA JUNIOR

CONSELHO FISCAL E DE ÉTICA:

PRESIDENTE : ADILSON PALÁCIO

1 Conselheiro: SORAIA VAZ DE SANT'ANA

2º Conselheiro: ANDRÉ LUIZ PINTO LOURENÇO

3º Conselheiro: ANDRÉ LUIZ DE SOUZA NEVES

4º Conselheiro: TALITA ROBERTA CARLOS DE CARVALHO

SUPLENTES:

1º Suplente: DÉBORA FERREIRA RODRIGUES

2º Suplente: ANA PAULA DE OLIVEIRA CARVALHO

PROGRAMA DE ADMINISTRAÇÃO DA CHAPA SINDELPOL VIVO – Triênio 2023/2026

No próximo dia dez de abril ocorrerão às eleições para o Triênio 2023/2026 do SINDELPOL-RJ e, almejando dar continuidade ao trabalho realizado nos últimos dois anos, decidimos concorrer à reeleição, renovando nosso compromisso com a categoria. Abaixo um pequeno resumo do último biênio e nossas propostas para a próxima gestão.

Assumimos o Sindelpol-RJ em um contexto político e econômico extremamente desfavorável. Vivíamos o pior ano da Pandemia de Covid19, com o Estado do Rio de Janeiro mergulhado em mais uma crise política e econômica; o então Governador sofria um processo que culminou com seu impeachment e a União criava regras draconianas para que os Estados pudessem aderir ao novo Regime de Recuperação Fiscal. O cenário nacional e mundial também não eram nada animadores.

Contudo, apesar do cenário de terra arrasada, não esmorecemos e, com muito trabalho e articulação política, conseguimos o que nem o mais otimista de nós poderia imaginar. Tivemos papel fundamental no acordo que previu a recomposição das perdas ocorridas entre 2017 e 2021 e a garantia da inédita reposição inflacionária anual; lideramos as demais entidades classistas da segurança pública para conseguirmos o que é tido como a reforma previdenciária que menos impôs perdas a seus servidores no País inteiro; participamos da vitoriosa luta pela manutenção de direitos e vantagens como o triênio e licença prêmio; também tivemos protagonismo na luta pela majoração da GHP, que acarretou num aumento diferenciado dos demais servidores em 2022.

Além da atuação fundamental para a tão sonhada aprovação da Lei Orgânica da PCERJ (Lei Complementar 204/2022), fato histórico, o qual tivemos o privilégio de participar ativamente, além de termos contribuído para a inserção de diversos benefícios para a categoria, tais como: gratificação por acumulação de titularidade, gratificação por atuação em central de flagrante, auxílio transporte para os Delegados, adicional para responsável com pessoa com deficiência, considerável melhora nas regras de promoção, remuneração pelo cargo em comissão fora do teto constitucional, dentre outras. Sendo que alguns desses benefícios se encontram em processo de implementação.

Muitas outras lutas em que saímos vitoriosos, como a efetivação do RAS como verba indenizatória, não sujeita à incidência de IR nem ao teto constitucional. Conseguimos, após trinta e três anos, a regulamentação da licença sindical na Constituição Estadual, porém, lamentavelmente de forma exdrúxula e mesquinha a Secretaria de Polícia Civil negou o exercício de tal direito, o qual foi e continua sendo devidamente exercido em razão da intervenção da Justiça.

Em Brasília participamos da luta pela devolução do tempo de serviço trabalhado durante a pandemia, discussão da Lei Geral das Policiais Cíveis, entre outras.

Atuamos ainda, nos cenários local e nacional, na defesa intransigente dos delegados de polícia, além de colecionarmos vitórias na defesa individual de nossos filiados.

Administrativamente o cenário também se mostrava desafiador. Quando assumimos verificamos que o sistema de consignação do Estado passou por problemas graves, o que gerou déficit financeiro para o Sindelpol, já que muitos sindicalizados não tiveram suas contribuições e seguros contratados descontados e repassados ao Sindicato, problema este já totalmente sanado.

Também descobrimos grave falha na prestação do serviço de contabilidade, o que vinha

gerando enorme prejuízo para o Sindelpol, já que, por seis anos, não foram recolhidos os tributos devidos, nem cumpridas obrigações acessórias, redundando em multas, juros, dívidas inscritas em dívida ativa e culminando com o bloqueio de nossas contas. Assim que descobrimos o problema atuamos com firmeza e austeridade, o que nos permitirá encerrar o biênio com todas as dívidas quitadas e já iniciando a formação de uma reserva financeira. Salientamos ainda que, mesmo com as dificuldades encontradas logramos quitar nossas salas que agora integram o patrimônio do Sindelpol-RJ.

Certos de que colecionamos vitórias, além de uma administração austera e responsável, passamos a apresentar nossas principais metas e objetivos para o triênio que se iniciará, informando que pretendemos seguir alcançando melhorias para nossa categoria através de iniciativas pautadas em: **gestão transparente e democrática; independência sindical; fortalecimento institucional; melhorias remuneratórias e defesa das prerrogativas da categoria.**

1- REIVINDICAR MELHORIAS NAS CONDIÇÕES DE TRABALHO, POLÍTICAS REMUNERATÓRIAS, PRERROGATIVAS INSTITUCIONAIS DO CARGO E ATUAÇÃO POLÍTICA:

- Apresentação de propostas para conferir maior exequibilidade a Lei 12.830/13.
- Como Secretaria de Estado devemos e podemos avançar muito nesta seara. Devem ser criadas regras que prevejam critérios para lotação e remoção dos Delegados. Devemos buscar critérios objetivos para lastrear a lotação, remoção e a ocupação da função de delegado titular.
- Prosseguimento da atuação (SEI em andamento) junto ao TJRJ para que nossas prerrogativas sejam respeitadas, quando do ingresso e permanência nas dependências daquele Tribunal.
- Trabalhar politicamente pela diminuição da diferença remuneratória entre os Delegados de Polícia e as demais carreiras jurídicas do Estado, para alcançar equiparação salarial com as carreiras de procurador e defensor.
- Reivindicar aumento substancial no valor do auxílio alimentação e transporte;
- Elaboração e encaminhamento de projetos de lei que beneficiem a categoria, bem como a Polícia Civil.
- Interiorização da atuação do SINDELPOL, com visitas periódicas às Delegacias e Regionais para verificação dos problemas e demandas dos Delegados sobre as condições de trabalho e de pessoal, visando intermediar e buscar soluções junto aos Diretores.
- Cobrança para que o Governo Estadual cumpra a Lei 9.436/2021, a qual previu a recomposição salarial do IPCA setembro/2017 a dezembro/2021, devendo efetivar o pagamento da segunda parcela de recomposição salarial neste ano de 2023 e a terceira parcela em 2024, conforme autorizado na referida lei.
- Reivindicar a criação de uma norma administrativa pela SEPOL que determine o procedimento para a designação de plantões extraordinários dos Delegados. Entendemos que as designações devem ocorrer através de ato formal, publicado no BI da Instituição e, apenas excepcionalmente, por mensagens de Whatsapp, e-mail ou telefone. Devemos buscar sempre a transparência e a publicidade dos atos administrativos.

-Seguiremos lutando para fazer valer a garantia constitucional da licença sindical. Após a

exdrúxula negativa administrativa, o Sindicato obteve, via Mandado de Segurança, decisão liminar favorável, confirmada no acórdão unânime. A administração não desistiu e interpôs recurso extraordinário e especial, na tentativa de inviabilizar essa garantia que se mostra fundamental para o livre exercício do mandato classista, longe de pressões e perseguições.

2- VALORIZAÇÃO DA INAGEM DO DELEGADO DE POLÍCIA, FORTALECIMENTO DE SUA REPRESENTATIVIDADE PESSOAL E INSTITUCIONAL. FOMENTO À REALIZAÇÃO DE EVENTOS DE CARÁTER JURÍDICO, INSTRUTIVO E INFORMATIVO.

- Modernização do site do Sindicato, com redesign da página de acesso, e criação de espaço restrito de acesso dos nossos filiados.
- Reativar os encontros jurídicos com a formulação de enunciados.
- Realização de um Congresso Nacional dos Delegados de Polícia no Estado do Rio de Janeiro.
- Criar ou participar de atividades sociais, ocupando espaços nos mais diferentes fóruns de debate.

3- REGULAMENTAÇÃO DE DIREITOS E VANTAGENS PREVISTOS NA LEI ORGÂNICA

- Após termos bem sucedidos na inserção de diversas vantagens na Lei Orgânica da Polícia Civil, já estamos trabalhando política e administrativamente na regulamentação e implementação desses direitos e, ainda nesta gestão, iniciamos o trabalho junto ao Poder Judiciário.
- Apresentamos sugestão para a Administração Superior para que seja solucionada a questão da GEE do Delegado Titular ainda estar sendo limitada ao teto constitucional, temos expectativa que tal questão se resolva adimnistrativamente num curto prazo, caso contrário, o Poder Judiciário será acionado. (art.43,§ 13 da LC 204/2021)
- Oficiamos para regulamentação e pagamento do auxílio transporte para os Delegados, caso não seja realizado pela Secretaria, oportunizaremos o ingresso individual do sindicalizado ao Poder Judiciário.
- Oficiamos para regulamentação e pagamento do adicional de responsável por pessoa com deficiência, caso não seja realizado pela Secretaria, oportunizaremos o ingresso individual do sindicalizado ao Poder Judiciário.
- Cobraremos a regulamentação e pagamento da gratificação por acumulação de titularidade(adicional por compensação orgânica) e a gratificação por central de flagrante (adicional por trabalho em Central de Flagrantes).

4. TRANSPARÊNCIA e PUBLICIDADE

- Seguir no caminho de uma gestão austera e transparente,
- Estimular a participação de todos, usando a tecnologia disponível e os meios que possibilitam a informação chegar aoss interessados.